

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ERECHIM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

UILHAN GUSTAVO SARTORI

**SUCESSÃO GERACIONAL E GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS - RS**
Trabalho de Conclusão de Curso

**ERECHIM
2020**

UILHAN GUSTAVO SARTORI

**SUCESSÃO GERACIONAL E GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS - RS**
Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Administração na UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária em Erechim – RS

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

ERECHIM

2020

UILHAN GUSTAVO SARTORI

**SUCESSÃO GERACIONAL E GESTÃO EM PROPRIEDADES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE VIADUTOS - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Administração na UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Unidade Universitária em Erechim – RS

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

Aprovado em: 14 de Dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof.^a M^a. Zenicléia Angelita Deggerone
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Roberto Serena Fontaneli
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

RESUMO

Este estudo buscou analisar o processo de gestão e sucessão geracional em propriedades rurais no município de Viadutos (RS). Especificamente pretendeu-se caracterizar algumas das propriedades rurais localizadas neste município; verificar como é realizada a gestão destas propriedades e identificar os fatores que levam a sucessão geracional. A metodologia empregada para atingir estes objetivos consistiu em uma abordagem quali-quantitativa, sendo de natureza da pesquisa exploratório-descritiva e o tipo de pesquisa o estudo de caso. O universo da amostra contemplou 52 jovens com idades entre 15 e 27 anos de ambos os gêneros, filhos de agricultores, residentes no meio rural do município de Viadutos, selecionados através de sorteio aleatório. Os principais resultados demonstraram que as propriedades apresentaram tamanho de área que variou entre 03 e 270 hectares, produzem, predominantemente, milho, soja e leite e tem renda que varia de R\$ 10.000,00 a mais de R\$ 110.000,00. As decisões que envolvem a gestão do dinheiro e a comercialização da produção estão fortemente atreladas a figura do pai ou pelos pais, sendo que os jovens possuem muito pouco poder decisório. Sobre o processo sucessório, parte significativa das unidades de produção já possuem um sucessor definido (69,9%), contudo algumas delas apontam a possibilidade de não haver continuidade das propriedades ou não estar planejando esse processo (30,1%). Os motivos que estimulam a permanência dos jovens no meio rural citados relacionam-se ao fato de gostar da atividade, remuneração atrativa e o incentivo dos pais. Já os motivos apontados como principais causas do êxodo rural de jovens foram: a falta de incentivos públicos e a falta de incentivo dos pais. Por fim, conclui-se que esta pesquisa oportunizou ampliar o conhecimento acerca da sucessão geracional e demonstrou a importância do(a) administrador(a) para motivar e assessorar as propriedades.

Palavras Chave: Gestão. Propriedades Rurais. Sucessão Geracional.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por sucessão familiar o processo de passagem da gestão de um empreendimento dos proprietários para seus descendentes. O processo é essencial para que as organizações se mantenham competitivas no ambiente em que estão inseridas. No processo sucessório, o compartilhamento do conhecimento se torna importante, para que ele seja transmitido de uma geração para outra. No entanto, em um ambiente cada vez mais competitivo, é necessário adaptar-se às mudanças para permanecer no mercado. Nas empresas familiares o desafio torna-se maior, pois existem as mudanças internas provenientes do processo sucessório e as mudanças externas, advindas do ambiente em que a empresa está inserida (VOLPATO et al., 2018).

A agricultura familiar representa um importante setor para a promoção do desenvolvimento rural, pois além da responsabilidade de produzir a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, contribui para a maior parte de geração de empregos, com a preservação do meio ambiente e com as relações sociais que são estabelecidas neste setor (ABRAMOVAY, 2003). Somado a isso, este setor produtivo é reconhecido historicamente como sendo uma categoria social diferenciada no país, a

qual possui diversidade econômica e heterogeneidade social (SCHNEIDER e CASSOL, 2014).

Visando complementar esta conceituação, Deggerone (2013) enfatiza que o processo sucessório é caracterizado pela transferência do poder e do patrimônio, entre gerações. A transmissão paulatina da gestão do estabelecimento, contribui para a formação profissional de um novo agricultor. Além da reprodução entre as gerações, de um patrimônio material, particularmente, a propriedade da terra, a continuidade do processo sucessório na agricultura familiar, implica também na transmissão de um patrimônio imaterial, de cunho histórico e sociocultural.

Considerando a importância dos empreendimentos rurais, o processo de sucessão geracional, é importante para garantir a manutenção deste espaço. Para que a sucessão familiar ocorra de forma efetiva, é indispensável que esta esteja associada a um bom sistema de gestão de propriedades.

Ser jovem e agricultor familiar constitui uma das estratégias mais importantes para a continuidade de um modo de vida, em busca da reprodução social da família, aliada ao desenvolvimento socioeconômico da unidade produtiva e à preservação ambiental dos meios de produção. Assim, a gestão rural que estabelece o controle e gerenciamento das atividades rurais, busca manter o negócio ativo e lucrativo a fim de cobrir os gastos e gerar reservas para a renovação de investimentos necessários à realidade econômica do setor (GRÄF, 2016).

Nesta circunstância, as questões de que este projeto de pesquisa procurou responder, estão relacionadas em conhecer em que medida a gestão contribui para o processo de sucessão geracional, verificar se estas propriedades possuem perspectivas de sucessão geracional e quais tipos de atividades produtivas possuem a prospecção de permanência de jovens em Viadutos?

As hipóteses para estes questionamentos partiram da premissa de que as unidades produtivas familiares participantes deste estudo, são caracterizadas como pequenas propriedades rurais, que em sua maioria realizam atividades ligadas com a gestão, pois parte significativas das propriedades rurais estão investindo para que os jovens permaneçam no meio rural. Acredita-se que em algumas propriedades a sucessão ainda está atrelada ao pai, na medida em que este não puder mais trabalhar nas atividades, ele irá transferir o patrimônio e a tomada de decisão aos filhos. Assim, entende-se que a sucessão pode estar atrelada às atividades que possam ser ampliadas e mecanizadas, visando reduzir a penosidade do trabalho, aumentar a produtividade e agregar valor à produção agroalimentar.

Considerando a importância da temática, o objetivo geral deste estudo consistiu em analisar o processo de gestão e sucessão geracional, em propriedades rurais no município de Viadutos (RS). Para atingir este objetivo, foram elencados os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar algumas das propriedades rurais localizadas no município de Viadutos (RS); ii) verificar como é realizada a gestão destas propriedades rurais, e; iii) identificar os fatores que levam à sucessão geracional, em propriedades rurais deste município;

A delimitação pela escolha deste tema, que buscou analisar o processo de gestão e sucessão familiar, em propriedades rurais no município de Viadutos (RS), justifica-se primeiramente pela inserção profissional do pesquisador junto ao meio rural, sendo este um assunto que despertou interesse devido a sua importância, principalmente para a ascensão das unidades produtivas familiares e para a promoção

do desenvolvimento rural. Somado a isso, enfatiza-se a carência de informações relativas ao tema, no município em estudo.

Muitos estudos têm sido realizados sobre o tema, que foram pesquisados por Freire et al., (2010), Matesco (2014), Oliveira e Vieira Filho (2019), Bossa (2017), Batista et al., (2015), Deggerone (2014), Deggerone e Oliveira (2017). Mas dificilmente são desenvolvidos estudos associados a perspectivas de sucessão, associado aos aspectos de gestão no meio rural, visto que os jovens residentes neste espaço, normalmente, recebem pouco ou nenhum incentivo para permanecer no meio rural.

Ainda, outro fator que justificou a realização desta pesquisa, esteve vinculado a necessidade de criar vínculo com o meio rural. Dessa forma, destaca-se a importância da formação acadêmica, para assessorar as unidades produtivas familiares, podendo assim contribuir, para a redução do êxodo rural, principalmente de jovens.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os aportes teóricos que embasam e contextualizam o presente estudo. Os mesmos são compostos pelos seguintes temas: histórico e contextualização da sucessão geracional; a sucessão geracional em propriedades rurais; a relação existente entre a ruralidade e a gestão de propriedades; os impactos do desenvolvimento rural em face as novas ruralidades e a relação entre a permanência dos jovens e as novas ruralidades.

Com esta revisão bibliográfica espera-se caracterizar e ressaltar a importância da gestão das propriedades rurais e da preparação dos jovens para o processo de sucessão geracional.

2.1 A SUCESSÃO GERACIONAL CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO

A sucessão geracional consiste na transferência de titularidade de determinado direito. Nesse contexto, a passagem desse direito é realizado nas linhas geracionais familiares (CHEMIN e AHLERT, 2010). Estas transferências são comuns em empresas e, principalmente, nas propriedades rurais familiares, vindo acontecer no decorrer da história da humanidade.

Na definição de Volpato *et al.*(2018), a sucessão geracional é caracterizada como sendo o processo de passagem do gerenciamento de um empreendimento, dos proprietários para seus descendentes. Esse processo é importante para que as instituições tenham continuidade, no que tange ao processo de geração de renda e de manutenção de sua atuação no ambiente em que estão inseridas.

Em consonância, Panno (2016), enfatiza que para que a sucessão geracional seja realizada em uma propriedade rural ou empresa familiar, é necessário um processo formado por três componentes: a transferência patrimonial, a conservação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas da administração do negócio.

Assim sendo, a sucessão geracional acontece quando, uma geração (composta por familiares antigos) concede a oportunidade de gerenciamento e comando da empresa, para a geração seguinte (familiares mais novos), visando a continuidade dos negócios. Para que isso aconteça de forma natural e sem a incidência de conflitos, é

necessário preparo, planejamento e controle de cada etapa do processo de transição (LEONE, 2005).

É importante, inicialmente, diferenciar o significado de sucessão e herança, ou sucessor e herdeiro. De acordo com o que se encontra no dicionário Aurélio: “sucessor: aquele que substitui outrem num cargo ou função” (FERREIRA, 1995, p.1624), e “herdeiro: aquele que sucede na totalidade da herança, ou de parte desta, sem determinação de valor ou individualização de objeto” (FERREIRA, 1995, p. 889).

Portanto, o sucessor fica responsável pelo gerenciamento das atividades, funções e dos cargos administrativos do negócio, enquanto as funções do herdeiro estão relacionadas à transmissão do patrimônio em virtude de herança deixada pela pessoa falecida (ADACHI, 2006).

Até por volta dos anos 1970, o processo de sucessão entre gerações que possuíam unidades de produção (empreendimentos, empresas, propriedades rurais e etc.), era realizada mais pela tradição cultural do que pela lei. Porém, este processo cultural acabava por deixar uma parte da família fora desse processo, principalmente as sucessoras femininas, onde se estabelecia a prioridade de acesso a sucessão na unidade de produção ao filho mais velho (na primogenitura) ou ao mais jovem (na ultimogenitura ou minorato) (KISCHENER *et al.*, 2015).

A partir da década de 70, no entanto, de acordo com Menezes (2013), diante das inovações tecnológicas e novos métodos de produção, os empreendimentos passaram a ser mais valorizados como bem de troca, do que de uso, proporcionando o início das produções em maior escala e voltadas para a comercialização.

Essa mudança impactou também no meio agrícola, dando início a um processo de diferenciação econômica e social, mudando assim o cenário agrícola. O meio agrícola deixou de ser apenas um local de moradia e de pequena produção de alimentos para o sustento da família, passando para uma condição empresarial, sendo em alguns casos de grande produção capitalista (STROPASOLAS, 2004).

Com essa modernização, começa a ocorrer uma diferenciação econômica, muito mais do que social. Com o acesso a novas tecnologias, insumos industriais, o crédito, cooperativismo, oportunidades de mercados e a disposição de lucro nas atividades produtivas, passaram a condicionar a vida no campo (RAMOS *et al.*, 2018).

Nesse processo também se iniciou a conformação de novos padrões de sociabilidade. Sendo que, as gerações mais recentes passaram a dispor de maior acesso à informação e período de estudos, do que seus tutores. De certo modo, a vida e os valores culturais urbanos passaram a chegar de forma mais rápida ao mundo rural (KISCHENER *et al.*, 2015).

Porém, com o acesso às informações, socialização aos meios urbanos, somados à sobrecarga de trabalho e o baixo resultado obtido da exploração agrícola da época, proporcionou o surgimento do êxodo rural. O êxodo rural consiste na crescente saída dos jovens do campo rumo às cidades. Este fenômeno que se constituiu é um aspecto alarmante, principalmente refere-se à agricultura familiar, tendo em vista que a mão de obra produtiva é composta basicamente pelos integrantes da família, e a continuidade da atividade depende principalmente da sucessão geracional (CASTRO *et al.*, 2009).

2.1.1 A sucessão geracional nas propriedades rurais

Stropasolas (2011, p. 26) descreve a sucessão geracional na propriedade rural como sendo “[...] a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar”, isto é, com “[...] a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor”.

No entanto, Abramovay (1992, p. 191) completa que a sucessão geracional rural “[...] não pode ser confundida com herança ou divisão patrimonial”, pois essa engloba um longo processo de preparação e treinamento do sucessor e do substituto. A sucessão geracional rural, portanto, deve ser compreendida como um “processo, e não apenas como a troca de um gestor por outro” (KIYOTA e PERONDI, 2014, p. 1023).

Spanevello (2005), infere que os filhos dos agricultores são, normalmente, os possíveis sucessores e a permanência ou não destes na propriedade, dependerá de condições objetivas internas e externas ao estabelecimento rural.

Este processo de sucessão, de acordo com Brumer (2014, p. 124), engloba inúmeros fatores que devem ser considerados. Fatores como:

[...]condições econômicas da família – propriedades maiores ou menores, atividades mais ou menos rentáveis, maior concentração ou diversificação nas atividades –, do número de filhos (e de herdeiros), do nível educacional e da qualificação profissional do(s) herdeiro(s), da forma como os jovens são inseridos nas relações familiares e de suas aspirações profissionais.

A alteração do comando se dá através de um processo de transição, de modo que os sucessores (filhos dos agricultores) vão assumindo determinadas atividades e responsabilidades dos pais (KARAM, 2004).

Um dos principais motivos para a mudança do comando na propriedade rural, ocorre quando ocorre problemas de saúde dos pais, que ficam com sua capacidade de trabalho e gerenciamento reduzida, impossibilitando-os de continuar a dirigir as responsabilidades do estabelecimento (OLIVEIRA e VIEIRA FILHO, 2019). Cabe ressaltar que, esse processo possui decisões bilaterais e que muitas vezes, são conflituosas (ABRAMOVAY, 2009).

Porém, apesar das dificuldades, a sucessão geracional rural consiste em uma condição indispensável para a manutenção da agricultura e da produção de diversos produtos, bem como, para a manutenção da cultura, da população, do desenvolvimento das áreas rurais e da proteção ao meio ambiente. Sendo que, o seu acontecimento dependerá basicamente da decisão dos jovens rurais e do estabelecimento dos projetos futuros para suas vidas.

2.2 NOVAS RURALIDADES

Nos últimos anos, o tema ligado às ruralidades, têm cada vez mais chamado a atenção de acadêmicos e estudiosos dos problemas rurais. As “novas ruralidades”, tem representado tema central de diversos estudos e pesquisas, as quais visam demonstrar alternativas de combate à pobreza no campo, incentivar a permanência dos jovens na propriedade, disseminar as novas tecnologias e métodos produtivos e, principalmente, novas probabilidades de geração de renda e desenvolvimento (LINDNER, 2012).

A ruralidade consiste em uma mudança do modo de vida, sendo uma sociabilidade do mundo rural e de suas relações internas específicas, com a diversidade e o modo de viver urbano. A ruralidade expressa, principalmente, a capacidade das pessoas do meio rural, de se adaptarem às novas condições e tecnologias, resultantes das influências externas (MARTINS e SOUZA, 2010).

O conceito de novas ruralidades, explicita o surgimento de novos hábitos rurais, se concretizando em espaços, os quais se transformam e se adaptam, em consequência às novas conjunturas globais e locais. Esse processo deve acontecer, de tal modo a não haver uma metamorfose ou a homogeneização em modos urbanos, ou seja, havendo a extinção do ambiente rural e suas particularidades (RAMEH e SILVA, 2009).

A ruralidade proporciona novas características para o campo, incentivando o crescimento das ocupações rurais existentes e as não-agrícolas, com a inserção de novas tecnologias e a pluriatividade da população rural, ou seja, incentivo a mudança dos antepassados, métodos de produção, a mecanização e industrialização dos processos produtivos agropecuários (REIS e STAREPRAVO, 2008).

Além disso, a ruralidade busca observar o meio rural, como um local de moradia e lazer, com adequada instalação de infraestrutura, tais como: energia elétrica de qualidade, abastecimento de água tratada, meios de comunicação eficientes, acesso a informações e tecnologias, educação, programas incentivadores e, principalmente, acesso a saúde. Todos esses elementos são considerados “urbanos”, pois por muitos anos, eram predominantes somente no meio urbano e limitado a seus arredores. Sendo por essa nova configuração do rural, que se prolifera a perspectiva de modernidade e de melhorias para o campo (WANDERLEY, 2009).

2.3 A RURALIDADE E A GESTÃO NAS PROPRIEDADES RURAIS

De acordo com Chiavenato (2003, p. 2), a gestão ou a administração “[...] trata do planejamento, da organização (estruturação), da direção e do controle das atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorram na organização”, e que incide em uma “[...] condução racional das atividades de uma organização, seja ela lucrativa ou não lucrativa”.

Nas propriedades rurais, ainda é possível se deparar com a falta de controles e de gerenciamento dos recursos existentes e dos eventos da propriedade. Tendo em vista os vários benefícios que a gestão proporciona para o gerenciamento da propriedade, esta atividade torna-se imprescindível (SASSO e BERNARDI, 2016).

Entretanto, a gestão nas propriedades rurais apresenta algumas peculiaridades, que precisam ser levadas em considerações. Em concordância com Deponti (2014, p. 17), diversos estudos assinalam para esta circunstância:

[...] destacando que os agricultores dão mais peso para as atividades do campo em detrimento das atividades de gestão, que a utilização rotineira de instrumentos de gestão é exceção na maioria dos estabelecimentos pesquisados; que, quando existem práticas gerenciais, estes procedimentos são rudimentares e distantes do aceitável e útil; que o nível educacional e a idade avançada dos agricultores, aliada à cultura de não realizar registros escritos, dificulta a implantação de práticas de gerenciamento; que a existência e a disponibilidade de ferramentas de gestão não garantem a utilização destas;

que há inadequação das ferramentas disponíveis; que há baixa qualificação dos técnicos extensionistas em tecnologias de gestão; que há descapitalização dos agricultores; e que as poucas políticas públicas de estímulo ao setor não privilegiam os aspectos de gestão (DEPONTI, 2014, p. 17).

Nesse sentido, as novas ruralidades trazem consigo a integração das práticas de pluriatividade, diversificação da produção, novas tecnologias, novos métodos de produção e, principalmente, inovações nas ferramentas e processos de gestão, o que pode representar uma alternativa interessante para os agricultores na organização da propriedade (BOESSIO e DOULA, 2016).

2.4 AS NOVAS RURALIDADES E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Diante dos efeitos e das mudanças proporcionadas pela aproximação do meio rural com o meio urbano, muitas características que antes eram vivenciadas somente nos negócios urbanos, passam a ser empregadas nas atividades rurais, como por exemplo, a criação de novos produtos e serviços voltados a demanda do mercado; inserção de formas de redução de custos, a partir do emprego de novas tecnologias, planejamento de investimentos, controle dos recursos, entre outros (BLANCO, 2004).

Neste caso, também é importante destacar que, as novas ruralidades aparecem como um veículo facilitador e de garantia que o espaço rural, principalmente, o da agricultura familiar, mantenha a moradia, o trabalho, o desenvolvimento, o crescimento e, principalmente, a lucratividade. Afinal, com novas ferramentas de gerenciamento, novas tecnologias e práticas advindas do meio urbano e o conhecimento das demandas do mercado, somam-se à possibilidade do desenvolvimento da propriedade rural, o fortalecimento da identidade e, sobretudo, a construção da qualidade de vida rural (BONIATTI e FABRIS, 2017).

Os efeitos positivos proporcionados pelas novas ruralidades, gradativamente, vêm tornando-se um modelo de solução para o futuro da agricultura, principalmente, para o desenvolvimento em zonas desfavorecidas, visando a melhoria agrícola, a implantação de um modelo produtivista mais eficaz e economicamente viável (LOOSE e NIEDERLE, 2014).

2.5 RELAÇÃO ENTRE A PERMANÊNCIA DOS JOVENS E AS NOVAS RURALIDADES

A juventude rural brasileira vivencia diversas situações, como pode-se citar o não reconhecimento social, a incidência de preconceitos, a falta de incentivos públicos, exclusão das políticas de apoio, a carência de programas de capacitação, falta de atratividade e de incentivos financeiros e tecnológicos para permanência destes na propriedade rural (DALCIN e TROIAN, 2009).

As transformações ocasionadas pela aproximação da cidade com o campo, proporcionam nos últimos anos, a modernização e mecanização da agricultura, impulsionando a agricultura familiar, incentivando a produção e adoção de novas técnicas e, principalmente, transformando o meio rural em um lugar de lucratividade e qualidade de vida. Além disso, as famílias rurais têm acesso às novas possibilidades de

viver e organizar a produção, aumentar a renda familiar e garantir a manutenção do grupo familiar no campo (BOESSIO e DOULA, 2016).

As novas ruralidades vêm de encontro a reorganização dos espaços rurais, com a combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma propriedade rural, proporcionando a acessibilidade, a informação, as tecnologias, melhoramentos e a diversificação das atividades nas produtivas, oportunizando novas fontes de renda e possibilitado a manutenção dessas propriedades. Essas são algumas das alternativas para que os jovens possam permanecer no campo (STEIN et al., 2019).

3 METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os aspectos metodológicos que irão nortear a construção deste artigo, em que são elencados: o tipo de pesquisa, seleção da amostra; procedimentos e instrumentos para coleta de dados; técnicas utilizadas para proceder a análise de dados, e como será realizada a análise dos resultados obtidos.

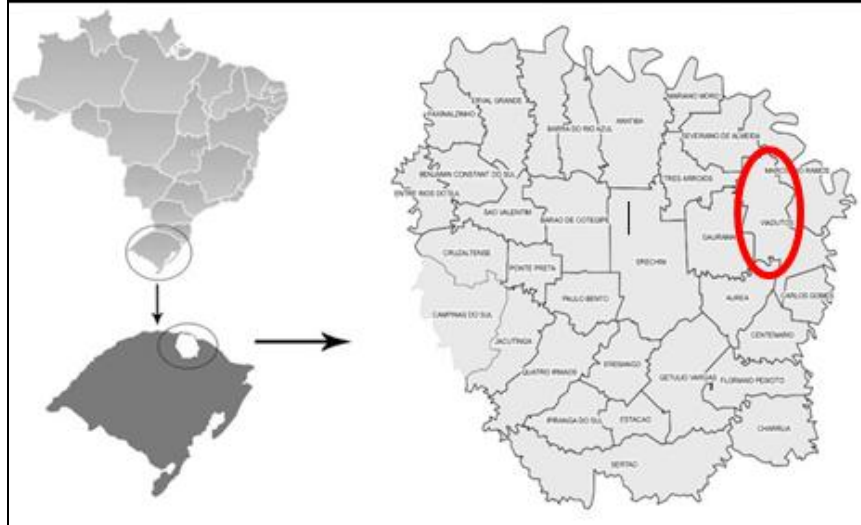
Quanto ao tipo de pesquisa utilizado neste trabalho, trata-se de uma abordagem quantitativa e qualitativa. Segundo Richardson (1999), a abordagem quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. A abordagem qualitativa tem por finalidade apresentar informações, que são, normalmente, resultantes de descrições narrativas, transcrições de entrevistas e de anotações provenientes de observações livres ou assistemáticas (MOURA, FERREIRA e PAINE, 1998).

A natureza da pesquisa é do tipo exploratória-descritiva, sobre a qual Gil (2009) afirma ser uma abordagem apropriada para o aprimoramento de ideias, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos aos fatos estudados. Além disso, descrevem as características de determinada população e o estabelecimento de relação entre as variáveis.

O tipo de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que tem por finalidade de realizar uma análise profunda e exaustiva dos objetivos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2009).

O universo da amostra é composto por 52 jovens, de idades entre 15 a 27 anos, de ambos os gêneros, filhos de agricultores, residentes no meio rural do município de Viadutos (RS). O município em estudo localiza-se ao norte do estado do Rio Grande do Sul, conforme é apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Localização do Município de Viadutos-RS



Fonte: Adaptado de Deggerone (2019)

De acordo com dados disponibilizados pela Emater, o município de Viadutos possui 170 jovens (de 15 a 27 anos), residentes no meio rural. Dessa forma, entrevistou-se 30,58% do total desta faixa etária, que residem no meio rural deste município.

Para proceder a seleção dos participantes, foi realizado um levantamento das comunidades rurais pertencentes ao município de Viadutos RS, visando identificar a quantidade de jovens residentes em cada uma delas. Posteriormente foram selecionados 52 jovens, utilizando a metodologia de sorteio aleatório, de forma que todas as comunidades fossem representadas, para ser aplicado o questionário (Apêndice A).

O estudo foi desenvolvido em 26 diferentes comunidades rurais, pertencentes ao município de Viadutos, sendo elas: Linha Anta Mansa, Linha Canavial, Linha Carrapato, Cordilheira Villa Rica, Linha Coxilha, Linha Floresta, Lambari, Linha Alice, Linha Alda, Linha Bárbara, Linha Barbosa, Linha Passarini, Linha Pororó, Santana, Linha 3, Monte Claro, Nova União, Rio Marcelino, Rio Quinto, São Braz, São José, São Marcos, São Páscoa, São Pedro, Villa Rica e Linha Washington Luiz. Em cada uma destas comunidades foram entrevistados um ou dois jovens moradores.

Para proceder a aplicação do questionário, o mesmo foi disponibilizado por meio digital, sendo que em propriedades que não possuem acesso à internet, foi realizada uma visita presencial, visando coletar os dados necessários e apresentar o projeto aos participantes.

Os procedimentos e instrumentos utilizados para a coleta de dados foram provenientes de fontes primárias e secundárias. Conforme Roesch (2015), os dados primários são aqueles elaborados e colhidos diretamente pelo entrevistador, através de entrevistas e questionários, aplicados durante a pesquisa.

Estes dados foram coletados através de um questionário *online*, utilizando a plataforma Google Formulários. O questionário aplicado aos jovens (Apêndice A), foi composto por 33 questões objetivas e descritivas, que abordam temas referentes ao

perfil sociodemográfico dos participantes, características das propriedades, gestão destas e perspectivas de sucessão familiar para as mesmas.

Além disso, para maior profundidade e conhecimento dos processos acerca sucessão geracional e da gestão de propriedades rurais, houve a observação participante com a finalidade de relatar possíveis fenômenos não relatados pelos entrevistados. E ainda, investigar e buscar evidências em anotações e documentos existentes nas propriedades, acerca do processo da sucessão geracional e da gestão das propriedades.

Para proceder a análise dos dados qualitativos coletados, foi utilizada a análise de conteúdo, que segundo Mozzato e Grzybovski (2011), pode ser caracterizada como um conjunto de técnicas usadas para realizar a análise de comunicações, como transcrições, entrevistas e outros.

Segundo Marconi & Lakatos (1996), recomendam a utilização da estatística descritiva para categorizar os dados quantitativos, visto que a mesma tem por função representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados. Dessa forma, as informações geradas a partir das pesquisas, serão apresentadas em forma de tabelas e de gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

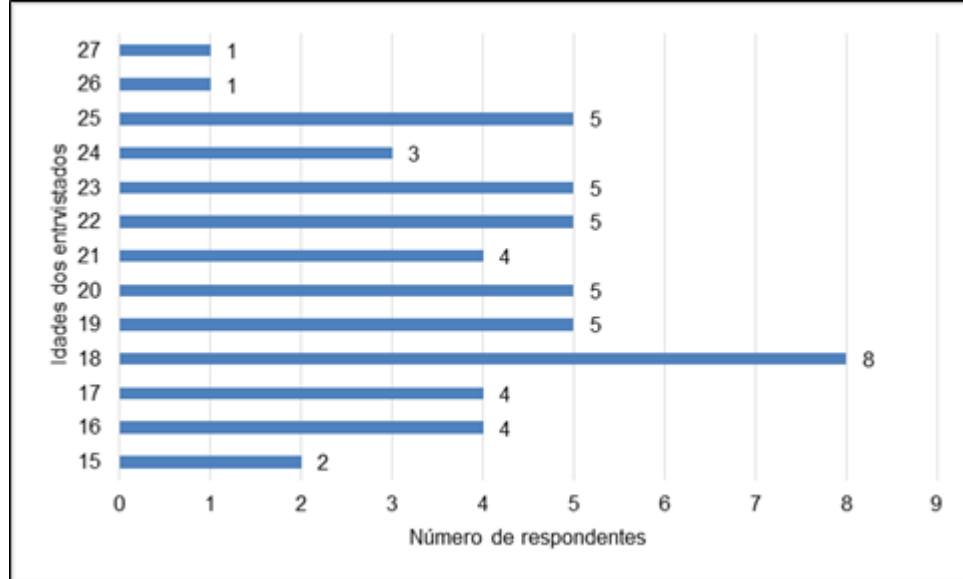
Nesta seção são apresentados os resultados obtidos a partir das entrevistas com os jovens selecionados pela pesquisa, além das observações realizadas junto as famílias de agricultores, localizadas no município de Viadutos-RS.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O município de Viadutos possui uma área territorial de 268,072 km², sua população é de 4.690, resultando em uma densidade demográfica 19,79 hab/km² (IBGE, 2020).

Inicialmente, a caracterização da amostra buscou identificar a idade dos participantes, desta forma, a Figura abaixo relaciona a faixa etária e a quantidade de jovens respondentes.

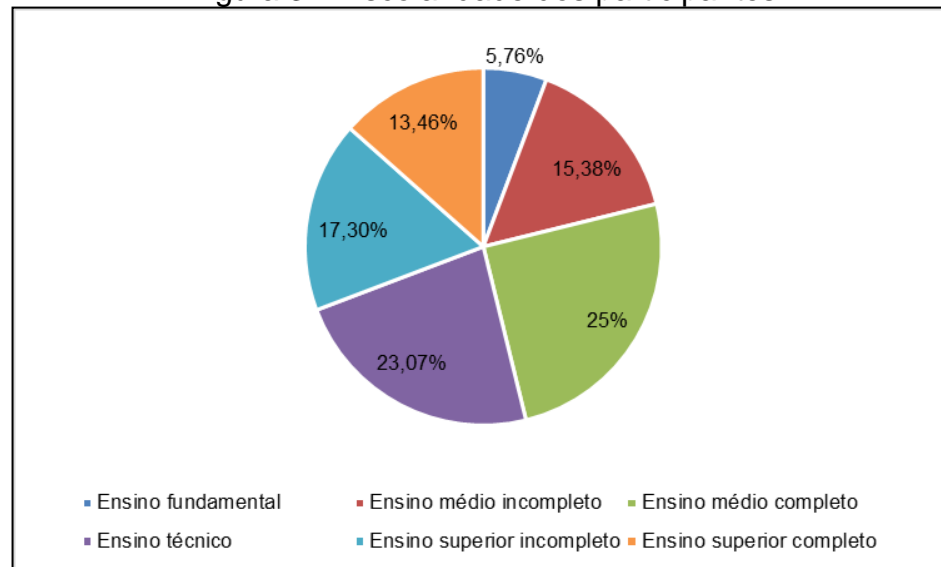
Figura 2 – Relação entre a idade e o número de participantes por faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com isso, observa-se que a faixa etária mais representativa de jovens participantes da pesquisa possui 18 anos, com 8 respondentes, posteriormente aparecem as idades: 19, 20, 22, 23 e 25 anos, com 5 participantes em cada faixa etária. Já, quanto à escolaridade dos participantes, apresenta-se na Figura abaixo.

Figura 3 – Escolaridade dos participantes



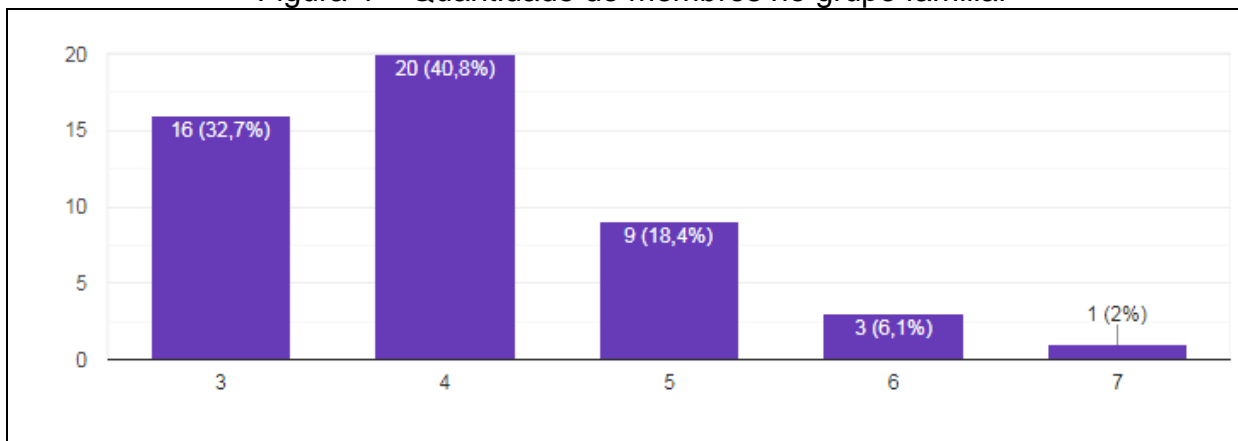
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Observa-se que a maior parte deles (25%), possui ensino médio completo. A maioria destes, durante as entrevistas, deixaram claro que não pretendem continuar seus estudos, alguns por considerarem desnecessário, outros por dificuldades financeiras ou de deslocamento, e outros ainda referem interesse em fazer cursos técnicos profissionalizantes, com o objetivo de desenvolver as propriedades. Outro

grupo (23,07%) são os que possuem ensino técnico, destes, a maioria demonstra interesse em seguir os estudos, partindo para o ensino superior; 17,30% refere-se aos jovens que estão cursando ensino superior, nas mais diversas áreas: agronomia, administração, história, ciências contábeis e engenharia ambiental. Outros 13,46% possuem ensino superior completo nos cursos de: administração, agronomia, fisioterapia e eletrônica industrial. A outra parcela, composta por 15,38% que possui ensino médio incompleto e 5,76% que possui ensino fundamental, parte mostra-se sem interesse em seguir com os estudos e outra parte indecisa quanto a continuidade.

A quantidade de pessoas que compõe o grupo familiar dos participantes é apresentada na Figura abaixo.

Figura 4 – Quantidade de membros no grupo familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O grupo familiar dos jovens participantes deste estudo é composto por 3 pessoas em 32,7% dos casos; 4 pessoas em 40,08%; 5 pessoas em 18,4%, 6 pessoas em 6,1% e é composto por 7 pessoas em 2% dos casos. Ou seja, a maior parte das unidades produtivas familiares possuem 4 pessoas residentes. Segundo dados apresentados pelo IBGE (2017), o número médio de pessoas por família, residente no meio rural era de 3,6 pessoas por unidade familiar.

Somando a quantidade de pessoas residentes em cada propriedade e dividindo pela quantidade total de respondentes nesta questão (49 entrevistados), chega-se ao resultado de 4,04 pessoas por propriedade. Este número é um pouco acima daquele apresentado pelo IBGE. Esse resultado diverge da atual tendência de redução do número de pessoas por núcleo familiar, observada no Brasil.

Em relação aos recursos de troca e acesso a informações disponíveis nas propriedades, observou-se a seguinte frequência de respostas: telefone celular 88,2%, internet 78,4%, computador 52,9% e telefone fixo 9,8%. Dessa forma, infere-se que uma parcela significativa dos entrevistados, possuem dispositivos de acesso a informação. Entretanto, ainda existe uma parcela dos entrevistados que não dispõe desses recursos nas propriedades, podendo ser este um fator que dificulta ou desestimula a permanência dos jovens no meio rural.

A importância de ampliar o acesso à tecnologias de informação e comunicação, também foi demonstrada em um estudo desenvolvido por Zago (2016), que buscou apresentar as relações entre transformações sociais no campo, demandas por

escolarização em nível superior e destinos socioprofissionais dos filhos e das filhas de pequenos produtores rurais, no este de Santa Catarina. Os resultados obtidos por este estudo demonstraram que os jovens entrevistados que migraram para a cidade, foram com o objetivo de ampliar seu grau de formação escolar, visto as dificuldades de estudar, residindo no meio rural. Além disso, observaram que estimular a permanência do jovem no campo é uma tarefa complexa e que depende de políticas não apenas educacionais.

Com isso, fica evidenciada a importância de os órgãos públicos investirem em melhorias de acesso e comunicação para as famílias residentes no meio rural, visando contribuir com a manutenção das comunidades e com o desenvolvimento dos municípios, principalmente os de pequeno porte.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

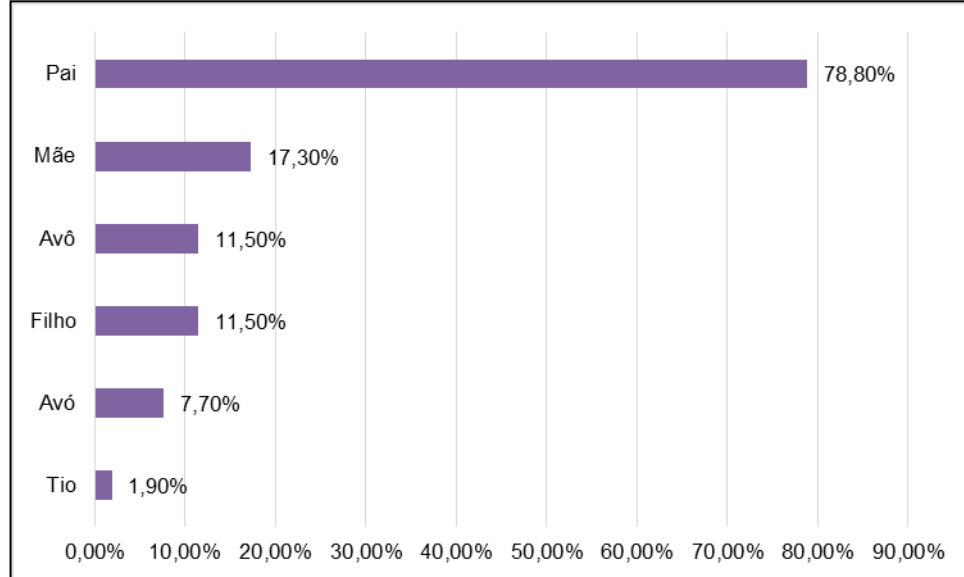
Inicialmente, enfatiza-se que 29,41% das propriedades analisadas possuem até 3 a 20 hectares; outros 37,25% possuem de 20 a 40 hectares de cultivo; de 40 a 80 hectares é a realidade de 17,64% das propriedades e; de 80 a 270 hectares: 15,7%. Assim, é possível considerar que a maioria das propriedades estudadas são enquadradas como da agricultura familiar (até 4 módulos fiscais¹), sendo que a maior parte delas possuem entre 20 e 40 hectares.

Um estudo desenvolvido por Puntel, Paiva e Ramos (2011), que buscou analisar a situação e as perspectivas dos jovens rurais no campo, identificando como uma proposta de educação de caráter informal (Pós-Médio), e voltada para o empreendedorismo do Jovem Rural, visando contribuir para a melhoria das suas condições de vida, na Região do vale do Rio Pardo (RS), identificou que um dos maiores problemas para os jovens desenvolverem seus projetos de vida no campo é a pequena quantidade de área de terra disponível para o trabalho e, conseqüentemente a baixa remuneração que seria proveniente da atividade. Com isso, os jovens se sentem desestimulados a permanecer no campo e acabam migrando para as cidades. Para este estudo, a razão entre a quantidade de terra disponível e o número de pessoas dependentes desta atividade, pode ser mais um fator que motiva a não sucessão familiar nas propriedades. Com isso, observa-se a importância de fomentar políticas públicas, de acesso a crédito voltadas para a aquisição de áreas de terra para jovens. Esta medida, mostra-se importante para a permanência dos jovens no meio rural.

O tempo em que as propriedades desenvolvem atividades agropecuárias variou entre 4 e 30 anos. A forma de aquisição da propriedade foi assim definida pelos jovens: 70,6% referem que a propriedade é fruto de herança; 56,9% por compra e; 5,9% possuem contrato de arrendamento. A alta porcentagem de propriedades que foram herdadas, pode sugerir que as mesmas já passaram por um processo de sucessão geracional, e que podem estar se preparando para passar por mais um processo sucessório. O principal responsável pelo registro de posse das terras é apresentado na Figura abaixo.

¹ De acordo com a caracterização do INCRA, cada módulo fiscal, para o município de Viadutos -RS possui 20 hectares, sendo considerado agricultor familiar aquele que possui área de até 4 módulos fiscais, ou seja, 80 hectares.

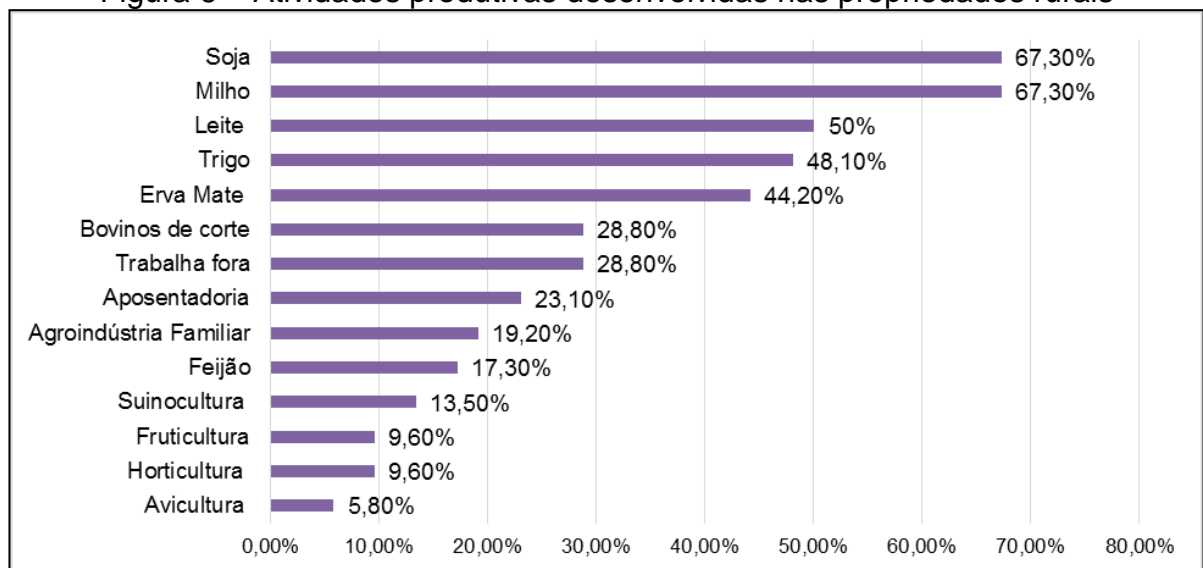
Figura 5 – Responsável pelo registro da propriedade



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Inferese-se que algumas propriedades possuem registro de posse compartilhado, mesmo assim, o pai ainda é a pessoa que detém o registro, na maior parte das propriedades. Durante as entrevistas e conversas realizadas, observou-se que os jovens não consideram este um motivo para definir sua permanência ou não na propriedade. As principais atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades são apresentadas na sequência.

Figura 6 – Atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais



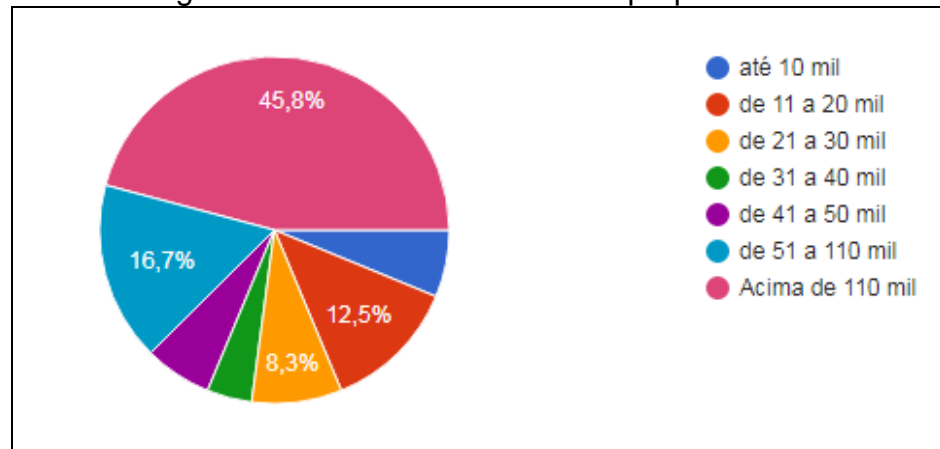
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Enfatiza-se que as principais atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades em estudo são: produção de milho e soja (67,3% das propriedades), produção leiteira (50%), e plantio de trigo (48,1%). Estes dados sugerem que a maioria

dos agricultores produzem matérias primas destinadas as agroindústrias, e que poucos se preocupam em agregar valor à sua produção, o que possibilitaria um aumento na renda familiar.

O faturamento bruto das unidades produtivas familiares é apresentado na figura 7.

Figura 7 - Faturamento bruto das propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

É possível salientar que a maior parte das propriedades rurais possuem rendimentos acima de R\$ 110.000,00 anuais, em segundo lugar parecem as propriedades com renda de R\$ 51.000,00 até R\$ 110.000,00, e em terceiro aquelas com renda entre R\$ 11.000,00 até R\$ 20.000,00. Aqui surge um fator importante, que pode determinar a permanência ou não dos jovens no meio rural, a questão renda. Evidencia-se que, para as propriedades rurais que possuem renda bruta de até R\$ 10.000,00 e de até R\$ 20.000,00 anuais, considerando um ano com 12 meses e a média de pessoas por família apresentada por este estudo de 4,04 pessoas, cada indivíduo residente nestas propriedades terá renda bruta de R\$ 206,27 e R\$ 412,54 mensais, respectivamente.

De acordo com um estudo desenvolvido por Vantropa (2009), o principal motivo que leva os jovens a migrarem do meio rural, deve-se a baixa renda acessada por eles, devido a inúmeros motivos: baixa capacidade produtiva (pouca área de terra), concentração do lucro nas mãos dos pais, atividades produtivas desenvolvidas poucos rentáveis, entre outras. Com o êxodo dos jovens, ocorre uma diminuição na possibilidade de continuidade da produção familiar, desestruturando as famílias agricultoras e ocasionando a perda das raízes e dos valores que esse jovem do campo poderiam prezar, percebendo a importância de valorizar o local onde vive, com relação à biodiversidade, a cultura e, além de tudo, perceber a qualidade de vida que o campo oferece.

4.3 GESTÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Em relação a gestão das propriedades rurais, a primeira questão aplicada aos jovens solicitou que estes apontassem quem toma as decisões, acerca do que será cultivado e produzido na propriedade. Para este questionamento, evidenciou-se que

69,2% relatam que as atividades são planejadas em conjunto, envolvendo todas as pessoas que residem na propriedade, contudo, parte destes justificaram a resposta afirmando que, apesar de todos opinarem, é o pai ou os pais que tomam a decisão final. Outros 30,8% da amostra, é o pai quem decide, e em 7,7%, esta responsabilidade de decisão é da mãe. Chama atenção aqui, o fato de que os filhos não foram citados em nenhuma das propriedades, como sendo responsáveis pelas decisões produtivas da mesma. Este dado, pode sugerir que os jovens não estão sendo preparados para assumirem a administração da propriedade em um futuro próximo ou, ainda, que os pais não têm interesse, ou até mesmo não atentaram para a importância, em realizar a transição e o processo sucessório em si.

Na sequência, os jovens foram questionados sobre as decisões que envolvem a gestão do dinheiro na propriedade rural, e as respostas obtidas foram semelhante às obtidas na questão anterior. Dessa forma, é o pai quem decide em 30,8% das propriedades, a mãe em 11,5% dos casos, e em 67,3% das respostas, todos os membros da família opinam sobre a aplicação do dinheiro da mesma, ficando a decisão final sob a responsabilidade dos mais velhos. Novamente, nesta questão, observou-se que os filhos, apesar de poderem opinar, não tem o poder decisório sobre a aplicabilidade dos recursos financeiros, da unidade de produção familiar.

Seguindo a mesma lógica, buscou-se evidenciar quem toma as decisões acerca da comercialização da produção nas propriedades. Os resultados coletados apontam que 29,4% são decididas pelo pai, 7,8% decididas pela mãe, 3,9% decididas pelos filhos e 64,7% referem que as decisões são tomadas em conjunto com todos os membros da família. Sendo que 76,9% realiza a venda dos produtos no momento em que ele apresenta um valor mais atrativo, 30,8% vende no momento da colheita, para pagar as dívidas contraídas e 5,8% deixa depositado para vender no ano seguinte.

De acordo com Stropasolas (2002), entre os principais fatores que explicam o movimento migratório dos jovens em direção à cidade, destaca-se a falta de oportunidades para o exercício de atividades produtivas e/ou profissionais, no espaço rural, que propiciem independência econômica, gerencial e tutelar da família e, sobretudo, do pai. Além disso, ressalta que o esforço dispendido nos processos de trabalhos, não são reconhecidos e valorizados como um trabalho, passível de ser remunerado, como outro qualquer. Neste aspecto, interferem alguns padrões culturais que atribuem ao homem, em prejuízo das mulheres e dos jovens, o papel de controlar e gerir o processo decisório das atividades mais rentáveis financeiramente.

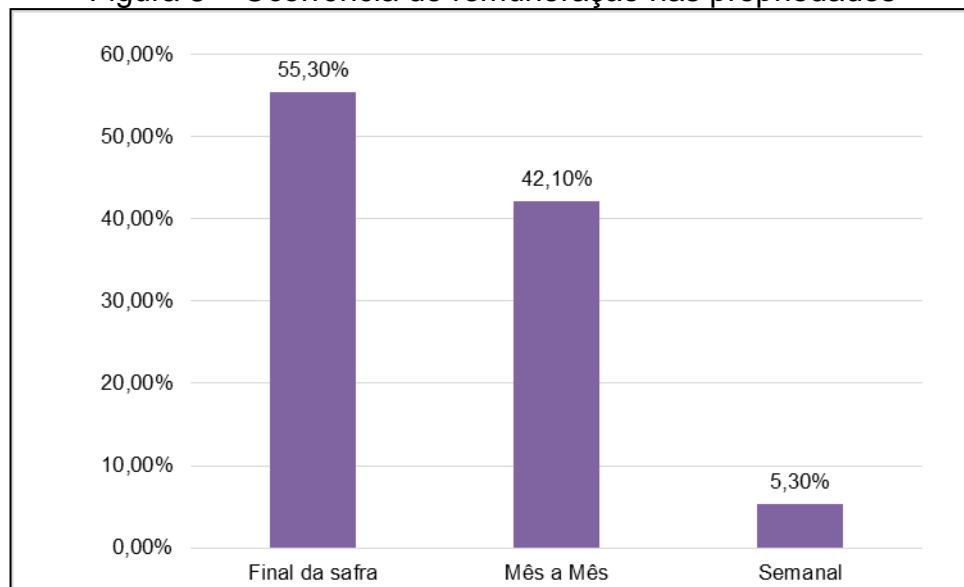
Quanto às previsões de gastos e investimentos, nota-se que 48,1% buscam fazer um planejamento estruturado de cada atividade, 46,2% fazem previsões com base no ano anterior, e 5,8% não fazem nenhum tipo de previsão. Especificamente, quanto aos controles dos investimentos, apontados pelos jovens, 85,5% planejam quanto irão investir na atividade, 65,4% planejam sobre quanto plantar, 55,8% sobre quanto deverá colher, 59,6 sobre quanto pretende comercializar e 9,6% não faz nenhum tipo de registro.

Estes controles são organizados em 69,2% em caderno de anotações, 38,5% realizam mentalmente, 9,6% planilhas salvas no computador, outros 3,8% utilizam planilhas específicas impressas ou sistema de gerenciamento. Somado a isso, 64,7% dos jovens entrevistados relatam que as propriedades não investem na capacitação de pessoas para realizar o serviço de controle, planejamento, organização e direção da propriedade, contra 35,3% que realizam este investimento.

Com estes resultados, fica evidente que algumas propriedades se preocupam com a gestão, e previsão de custos e receitas, contudo, ainda, muito pode-se avançar em termos de administração e tomadas de decisões mais assertivas nas mesmas.

Em relação a divisão de atividades produtivas entre os membros da família, nota-se que 76,5% das propriedades realizam a divisão de atividades, e em 23,5% delas esta divisão não ocorre, visto que todos os membros, tem capacidade de desenvolver qualquer atividade demandada. Questionados se estes recebem uma renda pelas atividades que executam, as respostas demonstraram que 75% recebem e 25% não recebem. A frequência de remuneração de cada membro da família é apresentada na Figura abaixo.

Figura 8 – Ocorrência de remuneração nas propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ainda, sobre a remuneração, observa-se que a maior parte das famílias realiza a divisão de parte dos lucros, no final das safras. Os jovens relataram em conversas realizadas durante as entrevistas, que não recebem um valor fixo e que cada membro da família recebe valores diferentes, de acordo com sua necessidade. Em caso de necessidade financeira, em outros períodos, estes relatam recorrerem aos pais, para solicitar auxílio financeiro. Com isso, fica evidente a subordinação dos filhos aos pais.

Posteriormente, buscou-se desvendar se os agricultores recebem auxílio (Poder público, agências de Assistência Técnica, Organizações Sindicais) na gestão da propriedade rural e para este questionamento, observou-se 74,5% respostas afirmativas e 25,5% negativas. Das propriedades que recebem auxílio, os principais órgãos citados foram Emater e Cooperativas com 44,7% cada instituição, agropecuárias 39,5%, Secretaria de agricultura 15,8% e sindicatos: 10,5%.

Com relação a frequência de participação em cursos ou capacitação, para melhorar as atividades produtivas, desenvolvidas nas propriedades, ressalta-se que está não é uma pratica frequente nas propriedades. Participam esporadicamente de dias de campo e palestras promovidas por empresas de venda de insumos ou por cooperativas, onde

vendem seus produtos. Quando ocorre a participação nestas atividades, geralmente os participantes são os pais.

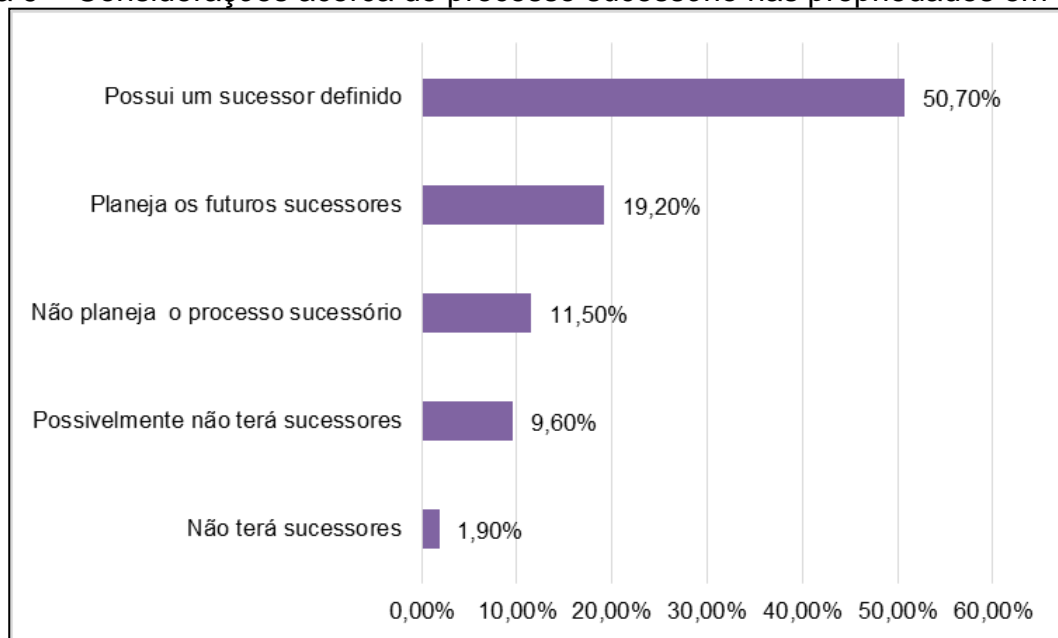
De modo geral, observa-se que a gestão das propriedades é realizada de forma incipiente e considera-se que esta poderia ser melhorada, trazendo benefícios para as unidades de produção familiar. Dessa forma, uma medida importante que poderia ser implantada seria motivar os jovens a realizar o gerenciamento das propriedades, oportunizando, além dos benefícios às propriedades, que estes se sintam valorizados e estimulados a permanecer no meio rural.

Por fim, buscou-se identificar se os agricultores são associados a alguma entidade sindical, e 27,5% responderam que sim, sendo que 72,5% não são associados. Para os que são associados, as duas entidades citadas são Fetag e Sutraf, ambas atuantes no município.

4.4 FATORES QUE MOTIVAM A SUCESSÃO GERACIONAL

Sobre o processo sucessório nas propriedades, a Figura 9 apresenta algumas perspectivas visualizadas na pesquisa.

Figura 9 – Considerações acerca do processo sucessório nas propriedades em estudo



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com os resultados, é possível inferir que existe uma preocupação com o processo de sucessão geracional e continuidade da propriedade, na maioria das propriedades pesquisadas. Entretanto, ainda existe uma parcela significativa (23%) que não planeja e/ou que possivelmente não terá sucessor na propriedade.

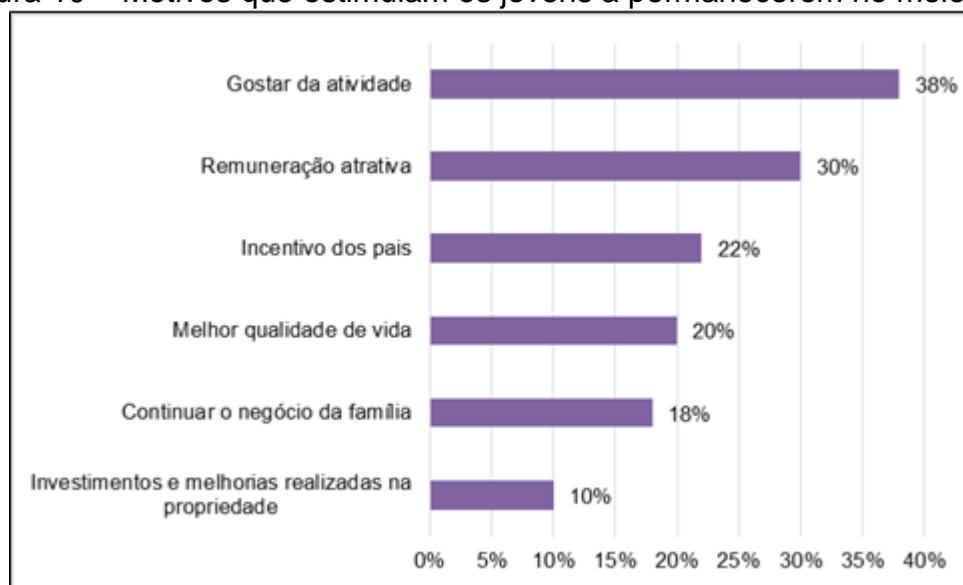
Para as propriedades que planejam a sucessão ou que já definiram o sucessor, questionou-se quem deverá permanecer na unidade produtiva, para dar continuidade as atividades desenvolvidas. As respostas demonstraram que em 63,5% dos casos haverá a permanência do filho, em 28,8% da filha e em 7,7% das situações há

perspectiva de permanência de um neto. Dessa forma, observa-se que a maior parte dos sucessores ou possíveis sucessores são do gênero masculino.

Essa informação, vem ao encontro daquilo que vários autores evidenciam em suas pesquisas, a exemplo de Faria, Ferreira e De Paula (2019), que em seu estudo buscaram analisar as causas do êxodo rural feminino, na perspectiva da juventude rural feminina, do Norte de Minas Gerais. Os resultados obtidos, apontam que as jovens mulheres são desestimuladas a permanecer no meio rural, pelos próprios familiares, devido a dificuldades de encontrar trabalho e falta de acesso à educação. Entre as consequências da migração feminina, estão: a “masculinização” do meio rural, diminuição do número de matrimônio, redução da população no campo, ruptura de vínculos das relações familiares e o envelhecimento rural (FARIA, FERREIRA e DE PAULA, 2019).

Na Figura a seguir, são apresentados os motivos, citados pelos jovens entrevistados, que servem de estímulo a sua permanência no meio rural.

Figura 10 – Motivos que estimulam os jovens a permanecerem no meio rural

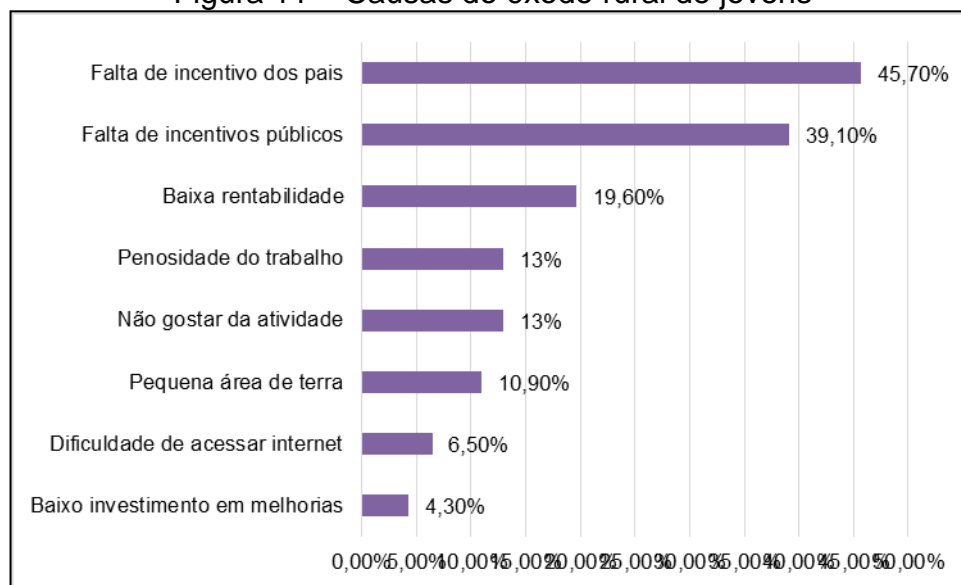


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Estes dados demonstram, de acordo com a percepção dos jovens, que gostar da atividade, remuneração atrativa e o incentivo dos pais são os principais motivos que os estimulam a permanecer no meio rural. Durante as conversas, alguns jovens também citaram a falta de outras oportunidades e baixa escolaridade, como possíveis motivações que os fazem pensar em permanecer neste meio.

Já, com relação aos motivos que fazem os jovens não permanecerem no meio rural, são apresentados na figura 11.

Figura 11 – Causas do êxodo rural de jovens



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os motivos mais citados pelos entrevistados, que os desestimulam a permanecer no meio rural, foi a falta de incentivo dos pais e a falta de incentivos públicos, além de outras causas, como a baixa rentabilidade das atividades, penosidade do trabalho, não gostar da atividade, pequena área de terra disponível, dificuldade de acessar a internet e baixo investimento em melhorias.

Neste sentido, analisando comparativamente as figuras 10 e 11, observa-se que algumas razões são citadas, como um incentivo para a permanência e também como uma causa para o êxodo, como é o caso do incentivo recebido dos pais ou a falta dele, remuneração atrativa X baixa rentabilidade das atividades, investimentos em melhorias X baixo investimento na propriedade.

Para Zago (2016), para apreender a problemática do êxodo dos jovens na atualidade, é preciso considerar aspectos da realidade tanto micros quanto macrosociais e uma análise que leve em conta as transformações sociais no campo e sua relação com a sociedade mais ampla. Os motivos de migração da juventude do campo para a cidade, estão apoiados na reduzida extensão de terra para os filhos, que desejam permanecer na agricultura, no baixo rendimento financeiro que dificulta a modernização da propriedade e, de forma muito enfática, na falta de incentivo à agricultura familiar e nas condições adversas do trabalho.

Concordando com dados apresentados por este estudo, Vantroba (2009) salienta que conter o esvaziamento das populações camponesas não é um processo simples, ela depende das condições que serão dadas para os habitantes deste meio. Depende de ações que façam com que ele seja atrativo, tanto para os jovens como para pessoas de todas as idades. Enfatiza ainda que os jovens não abandonam o campo, simplesmente para ir trabalhar nas cidades, em busca de melhores condições de vida, mas também pela desvalorização do trabalho agrícola, pela falta de investimento pelo governo, falta de políticas agrícolas e a desvalorização da cultura do povo do campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo que buscou analisar o processo de gestão e sucessão geracional em propriedades rurais no município de Viadutos (RS). Especificamente pretendeu-se caracterizar as propriedades rurais pesquisadas, localizadas no município de Viadutos (RS), verificar como é realizada a gestão destas propriedades rurais e identificar os fatores que levam a sucessão geracional, em propriedades rurais deste município, conclui-se que foi possível atender aos objetivos da pesquisa.

Com relação a gestão das propriedades rurais, conclui-se que a tomada de decisão que envolvem a gestão do dinheiro, e a comercialização da produção, são normalmente discutidas em conjunto, contudo decididas finalmente pelo pai ou pelos pais, sendo que os jovens não possuem poder decisório. Quanto aos gastos previstos para as atividades produtivas, conclui-se que a maioria (48,1%) das propriedades, faz um planejamento estruturado por atividade a ser desenvolvida, sendo esses controles anotados em cadernos ou realizados mentalmente. 76,5% das propriedades realizam a divisão de tarefas e 55,3% remuneram cada membro ao final das safras. Concluiu-se, ainda, que a maior parte das propriedades recebem assistência da Emater, cooperativas ou agropecuárias, porém, não são associados a organizações sindicais.

Sobre o processo sucessório, conclui-se 69,9% das unidades de produção já possuem um sucessor definido, outras 30,1% apontam a possibilidade de não haver continuidade das propriedades ou não estar planejando esse processo. Os motivos que estimulam a permanência dos jovens no meio rural citados relacionam-se ao fato de gostar da atividade, remuneração atrativa e o incentivo dos pais. Já os motivos apontados como causas do êxodo rural de jovens foram: a falta de incentivos público e a falta de incentivo dos pais, baixa rentabilidade das atividades, pequena área de terra disponível, penosidade do trabalho, dificuldade de acessar a internet, não gostar da atividade e baixo investimento em melhorias.

As hipóteses que partiram da premissa de que as unidades produtivas familiares participantes deste estudo, eram caracterizadas como pequenas propriedades rurais, que realizam atividades ligadas com a gestão e que estão investindo para que os jovens permaneçam no meio rural, foram aceitas. Dessa forma conclui-se que é possível visualizar uma evolução quanto a gestão das propriedades e a preparação dos jovens para a sucessão, sendo que várias propriedades apontaram para este cenário positivo.

Considerando a importância da sucessão geracional para a continuidade e o desenvolvimento das unidades produtivas familiares, sugere-se que os estudos acerca desta temática sejam ampliados, podendo-se analisar os programas de incentivo a permanência de jovens, desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Viadutos, Secretaria da Agricultura e Emater. Além disso, é imprescindível que se faça um trabalho, no sentido de sensibilizar os pais, acerca da relevância de estimular os jovens para a permanência nas propriedades e prepara-los para esta passagem de gestão.

Neste estudo, encontrou-se algumas dificuldades, principalmente para proceder a coleta de dados. Várias propriedades não possuem acesso à internet, em outras os jovens tiveram dificuldades de responder ao questionário eletrônico enviado. Somado a isso, alguns dos entrevistados mostraram-se resistentes em responder algumas questões, principalmente as relacionadas a renda anual e ao tamanho da área.

Por fim, conclui-se que esta pesquisa oportunizou ampliar o conhecimento acerca da sucessão geracional e demonstrou a importância do administrador para motivar e assessorar as propriedades, com o intuito de preparar os jovens para assumirem o comando da propriedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ADACHI, P. P. **Fmília S. A.: gestão de empresa familiar e solução de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2006.

BATISTA, J. D.; LOPES, G. S. C.; WATANABE, M. SOUZA I. R. O processo de sucessão nas empresas familiares: um estudo feito em empresas familiares da Região do Sul de Santa Catarina. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.4, n.3, 2015.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 3, p. 44-49, 2004.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 370-383, Sept. 2016.

BONIATTI, M.; FABRIS, A. J. **Juventude rural no oeste catarinense**. Santa Catarina. 2017. Disponível em: < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Marlene-Boniatti.pdf>>. Acessado em: 1 Abr. 2020.

BOSSA, E. **Empresa familiar: o desafio da sucessão**. Criciúma, 2017.

BRUMER, A. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENCK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. 1. ed. Chapecó, SC: Unochapecó, 2014.

CHEMIN, B. F.; AHLERT L. **A Sucessão patrimonial na Agricultura Familiar**. Estudo e Debate, Lajeado, v. 17, n. 1, p. 50-52, jan. 2010.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUES, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro; Seropédica, RJ: Mauad X; Edur, 2009.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. Rio grande do Sul**. 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>. Acesso em: 27 Mar. 2020.

DEGGERONE, Z. A. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares, na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. Univates, 2013. 156p.

DEGGERONE, Z. A. **Os mercados agroalimentares acessados pelos agricultores familiares em Aratiba-RS**. Projeto de Tese. Porto Alegre, 98 p. 2019.

DEPONTI, C. M. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul**, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/5150/3555>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

FARIA, G. J. A.; Maria Da Luz Alves FERREIRA, M. L. A.; DE PAULA, A. M. N. R. Exôdo rural feminino, gênero e ruralidades: consequências da migração da juventude rural feminina do distrito de Muquém – Mirabela/MG. **Revista Grifos** - N. 47 – 2019.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FREIRE, P. S.; SOARES, A. P.; NAKAYAMA, M. K.; SPANHOL, F. J. Processo de sucessão em empresa familiar: gestão do conhecimento contornando resistências às mudanças organizacionais. **JISTEM Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação** Vol. 7, No. 3, 2010, p. 713-736.

GRÄF, L. V. **Gestão da Propriedade Rural**: um estudo sobre a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural. Centro Universitário Univates, Lajeado - RS, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tamanho médio das famílias do meio rural**. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3531#resultado>>. Acesso em 28 nov. 2020.

_____. **Viadutos**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/viadutos.html>>. Acesso em 17 dez. 2020

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo Fiscal**. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>>. Acesso em 28 nov. 2020.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Migração e sucessão geracional na agricultura familiar sob a perspectiva de comunidade e renda. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, Goiânia, 27a 30 de julho de 2014.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, vol. 16, núm. 33, 2015.

LEONE, N. G. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado**. São Paulo: Atlas, 2005.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n.3 p. 19-36, set./dez. 2012.

LOSE, E. B.; NIEDERLE, Paulo André. Representações sobre ruralidade no Brasil: uma análise do programa Globo Rural. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 695-714, abr., 2014.

MARTINS, G. I.; SOUZA, Â. F. G. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 11, n. 36, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATESCO, K. **A problemática da sucessão em empresas familiares e a instrumentalização da governança corporativa: um estudo de caso**. Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Dissertação de mestrado 2017. Rio de Janeiro.

MENEZES, M. A. Família, juventude e migrações. **Revista AntHropológicas**, [S.l.], v. 23, n. 1, ISSN 2525-5223, 2013.

MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C.; PAINE, P. A. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: EdUERJ. Rio de Janeiro, 134 págs., 1998.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011

OLIVEIRA, W. M. D.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Sucessão dos negócios na agricultura: experiências internacionais e políticas públicas**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PANNO, F. **Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores**. 166f. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I circuito de debates acadêmicos IPEA**, 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2020.

RAMEH, L. M.; SILVA, J. P. **Políticas de comunicação e novas ruralidades: a recepção das propostas de turismo rural da política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

RAMOS, V. S.; ANGNES, J. S.; COSTA, Z. **O futuro da fumicultura: o jovem rural e o dilema da sucessão geracional**. Editora Unijuí, ano 16, n. 43, abr./jun. 2018.

REIS, L. J. de A.; STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de casos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SASSO, L. A.; BERNARDI, F. **Gestão de custos em pequenas propriedades rurais**. 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Leodair-Antonio-Sasso-Artigo.pdf>>. Acessado em: 1 Fev. 2020.

SPANVELLO, R. M. Jovens rurais do município de nova Palma RS, situação atual e perspectivas. **Rev. Redes**. Santa Cruz do Sul, v.10, n.1, p.171-189. 2005.

STEIN, J.; RISSON, A. P.; SCHUCK, A. L.; MAHL, A. C. Permanência e saída do campo de jovens adultos no Oeste Catarinense. **Revista Sociais e Humanas**, [S.l.], v. 32, n. 1, maio 2019. ISSN 2317-1758. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/34701>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Florianópolis 2002. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence>>. Acesso em 28 nov. 2020.

_____. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, n.12, p. 253-267, 2004.

_____. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Diversidade e Heterogeneidade da Agricultura Familiar no Brasil e Algumas Implicações para Políticas Públicas**. Brasília, 2014. Vol. 31.

VANTROBA, E. A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente**. Irati, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2020

VOLPATO, D.; VIEIRA, A. C. P.; CÉSAR, J.; SANTOS, G. S. **O compartilhamento do conhecimento em uma empresa do setor do vestuário localizada na cidade de Criciúma, SC a partir do processo de sucessão familiar**. Florianópolis – SC. v.8, n.2. P. 101-111, 2018.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Rev. Bras. Educ.** vol.21 no.64. Rio de Janeiro Jan./Mar. 2016.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista a ser aplicada aos jovens agricultores familiares

Nome:

1) Localização

2) Idade do entrevistado:

CARACTERIZAÇÃO

3) O grupo familiar é composto por quantos membros:

- () Pai
- () Mãe
- () Filho
- () Filha

- Avô
- Avó
- Neto
- Neta
- Outro_____

4) Grau de escolaridade:

- Ensino Fundamental incompleto – até quarta série
- Ensino Fundamental Completo – até quarta série
- Ensino Fundamental incompleto – até oitava série
- Ensino Fundamental Completo – até oitava série
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio – Técnico Agrícola ou Técnico Agropecuária
- Ensino Superior

5) A propriedade rural possui acesso:

- Telefone celular
- Telefone fixo
- Internet
- Computador

6) Área total da propriedade rural:

7) A quantos anos se dedica as atividades agropecuárias:

8.1) Forma de aquisição da propriedade rural:

- Compra
- Herança
- Posse
- Crédito fundiário
- Arrendada
- Outra:_____

8.2). Quem detém o registro da propriedade rural:

- Pai
- Mãe
- Filho
- Filha
- Avô
- Avó
- Neto
- Neta
- Outro_____

9) Atividade em ordem de importância econômica: Preencher 1º. 2º. 3º, 4º....

- Leite
- Milho

- Frutas:
- Bovinos de Corte
- Soja
- Agroindústria familiar
- Suinocultura
- Feijão
- Hortaliças
- Avicultura
- Trigo
- Erva Mate
- Aposentadoria
- Trabalha fora para complementar a renda;

10) Faturamento bruto da propriedade rural anual

- > 10 mil
- 11 > 20 mil
- 21 > 30 mil
- 31 > 40 mil
- 41 > 50 mil
- 51 > 110 mil
- Acima de 110 mil

PLANEJAMENTO

11). As decisões do que será **cultivado e produzido** na propriedade rural são:

- decididas pelo pai
- decididas pelo mãe
- decididas pelo filho ou filha
- em conjunto entre todos os membros

12). As decisões que envolvem a **gestão do dinheiro** na propriedade rural são:

- decididas pelo pai
- decididas pelo mãe
- decididas pelo filho ou filha
- em conjunto entre todos os membros

13). As decisões sobre a **comercialização** da produção na propriedade rural são:

- decididas pelo pai
- decididas pelo mãe
- decididas pelo filho ou filha
- em conjunto entre todos os membros

14). É feita alguma **estimativa de quanto será gasto** nas atividades produtivas desenvolvidas na propriedade rural:

- Não fazem nenhum tipo de previsão
- Fazem previsões com base no ano anterior
- Fazem um planejamento estruturado de cada atividade

Outras formas

15) A propriedade planeja a venda futura de seus produtos?

ORGANIZAÇÃO

16). Na propriedade rural as atividades produtivas são divididas entre os membros da família:

Sim

Não Explique!

17) Na propriedade rural os membros da familiar tem renda pelas atividades que executam: Sim Não

Quando ocorre: Mês a Mês Semanal Final de safra

18). Existem algumas instituições (Poder público, agências de Assistência Técnica, Organizações Sindicais que auxiliam na gestão da propriedade rural?

Sim Não

18.1). Quais?

Emater

Secretaria da agricultura

Prefeitura Municipal

Cooperativas

Agropecuárias

Sindicatos

DIREÇÃO

19). Quem geralmente faz o **gerenciamento dos recursos financeiros** na propriedade rural:

Pai

Mãe

Filho

Filha

Avô

Avó

Neto

Neta

Compartilhada

Outro Explique _____

20). Quem geralmente faz o encaminhamento dos **financiamentos bancários** das atividades produtivas desenvolvidas na propriedade rural:

Pai

Mãe

Filho

- Filha
 Avô
 Avó
 Neto
 Neta
 Outro_____

21). Quem geralmente participa de palestras, cursos e seminários das atividades produtivas desenvolvidas na propriedade rural:

Bovinocultura leiteira	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Grãos	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Bovinos de Corte	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Fruticultura	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Avicultura	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Suinocultura	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Hortaliças	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Agroindústria familiar:	<input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Filha <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Neto <input type="checkbox"/> Neta <input type="checkbox"/> Outro_____
Outra:_____	

22). Como a família vem trabalhando/ organizando para o processo sucessório?
 Descreva

23). Na sua propriedade rural quem deverá permanecer na unidade produtiva para dar continuidade as atividades desenvolvidas?

- Filho
 Filha
 Neto
 Neta
 Outro_____
- Não haverá Sucessor

24) Sobre o Processo sucessório em sua propriedade!

- A propriedade já tem um sucessor definido!
 A propriedade planeja os futuros sucessores.
 A propriedade não planeja possíveis sucessores.
 Há possibilidade de não ter sucessores.

() Com certeza não terá um sucessor.

CONTROLE

25) A propriedade rural faz o controle das atividades:

- () controle de investimentos – quanto irão investir na atividade
- () controle de plantio – quanto irá plantar
- () controle na colheita – quanto irá colher
- () controle na manutenção das cultivares – quando faz o uso de aplicações fitossanitárias.
- () controle no momento da venda – quanto irá vender
- () controle de custos das atividades agrícolas
- () não fazem nenhum tipo de registro

26). Quando ocorre a **comercialização** da produção:

- () vende no momento aproveitando sempre o melhor preço;
- () vende no momento para pagar dívidas de financiamento ou outros;
- () deixa depositado de um ano para outro;

27). Onde você registra as informações sobre as atividades produtivas?

- () em um caderno;
- () em planilhas impressas específicas para cada atividade ;
- () em planilhas salvas em computador;
- () em um sistemas de gerenciamento;
- () e “mentalmente”.

28) Você realiza um fluxo de caixa onde identifica as entradas financeiras do mês e as saídas custos produtivos do mês: () Sim () Não

Como: _____

29) É associado na organização sindical: () Sim () Não

Cite qual _____

30) A propriedade investe na capacitação de pessoas para realizar o serviço de Controle, planejamento, organização e direção da propriedade? () Sim () Não

31). Quais as perspectivas para a sucessão familiar? () possui sucessores () não possui sucessores

32). Descreva os motivos que fazem os jovens permanecerem no meio rural.

33). Descreva os motivos que fazem os jovens não permanecerem no meio rural.

